MILHO CHEGA MAIS CARO AO SÃO JOÃO E PRESSIONA PREÇO DAS COMIDAS TÍPICAS EM PERNAMBUCO PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 19 • Sábado, 6 de junho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



APÓS NOVOS ATAQUES, PERNAMBUCO INTENSIFICA PLANO COM 50 AÇÕES PARA TENTAR REDUZIR RISCO DE INCIDENTES COM TUBARÕES

FOTO DIVULGAÇÃO



Pernambuco alcança resultado inédito com os melhores cinco primeiros meses da série histórica em roubos e homicídios PÁG. 2

FOTO DIVULGAÇÃO



Vazamento expõe dados de 1,2 milhão de usuários do iFood e reacende alerta sobre segurança digital PÁG. 4

ARTIGOS



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

TCU acata Embargos de Declaração da FTL/ Grupo CSN e reduz multa em R$ 1,3 bilhão PÁG. 5

Polícia Civil prende suspeito de matar taxista em Abreu e Lima PÁG. 4



Operação fecha fábrica clandestina de cigarros e encontra trabalhadores em condições análogas à escravidão em Pernambuco PÁG. 4

TSE divide R$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral; PL, PT e União Brasil concentram maiores parcelas PÁG. 2

Vereador é preso suspeito de mandar matar antecessor para assumir mandato no Agreste PÁG. 3

Busca pela primeira CNH dispara em Pernambuco e ultrapassa 80 mil processos em quatro meses PÁG. 4

Pernambuco alcança resultado inédito com os melhores cinco primeiros meses da série histórica em roubos e homicídios

Em 2026, os números caíram para 8.070 CVPs e 1.167 MVIs, evidenciando os avanços obtidos com a política estadual de segurança pública

Consolidando a trajetória histórica de retração nos principais indicadores criminais monitorados pela Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), Pernambuco encerrou os cinco primeiros meses de 2026 com os menores índices já registrados em toda a série histórica para Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs) e Mortes Violentas Intencionais (MVIs). Até maio de 2026, foram registradas 8.070 ocorrências de CVP, o melhor resultado dos últimos 16 anos, e 1.167 ocorrências de MVI, sendo o melhor resultado dos últimos 23 anos.

MIVA FILHO/SECOM



"Estamos trabalhando constantemente para reduzir os índices de violência e aumentar a segurança no nosso Estado. Isso é fruto das ações que colocamos em prática, como a renovação de veículos e frotas das operativas, mais de 4.400 laranjinhas atuando em Pernambuco, entrega de novos presídios e equipamentos, e tantas outras iniciativas. Vamos continuar com toda dedicação para alcançar ainda melhores índices", destacou a governadora Raquel Lyra.

Em comparação com os mesmos cinco primeiros meses do ano passado, quando foram registrados 13.575 casos, a redução de CVP alcançou 40,6%, o equivalente a 5.505 roubos a menos. Frente ao cenário de 2022, que somou 17.070 ocorrências, a retração chega a 52,7%, um total de 9 mil crimes patrimoniais a menos no Estado. O desempenho positivo se confirmou também no recorte mensal. Maio de 2026 registrou 1.445 ocorrências de CVP e se configurou como o melhor mês de maio já contabilizado pela Gerência Geral de Análise Criminal e Estatística (GGACE). O resultado representa redução de 44,1% em relação ao mesmo período de 2025, quando ocorreram 2.586 registros.

O secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, avaliou que os resultados refletem a consolidação das estratégias implementadas no âmbito do programa Juntos pela Segurança. "Os resultados de maio mostram que o Governo do Estado está deixando para trás padrões históricos de violência que faziam parte dos indicadores de Pernambuco. O que os números revelam são os frutos do Juntos pela Segurança, uma política pública construída com planejamento, monitoramento e investimento na tecnologia", afirmou.

Em comparação com janeiro a maio de 2025, quando ocorreram 1.373 casos de MVI, a redução de homicídios no mesmo período de 2026 foi de 15%, o que totaliza 206 vidas preservadas. Na comparação com 2022, que contabilizou 1.588 ocorrências, a diminuição alcança 26,5%, equivalente a 421 mortes criminosas a menos. O mês de maio de 2026 também apresentou o menor índice de MVI já registrado para o período. Neste ano, foram contabilizados 217 casos, contra 257 em maio de 2025 e 306 em maio de 2022, o que corresponde a uma redução de 15,6% e 29,1%, respectivamente.

Polícia Civil prende suspeito de matar taxista em Abreu e Lima

Investigado acumulava oito mandados de prisão

A Polícia Civil de Pernambuco prendeu um homem de 21 anos apontado como autor de diversos crimes violentos na Região Metropolitana do Recife. Considerado de alta periculosidade, ele possuía oito mandados de prisão em aberto e já havia sido indiciado em 29 procedimentos investigativos relacionados a roubos e homicídios.

A captura foi resultado de uma ação integrada entre equipes da Polícia Civil, setores de inteligência e unidades operacionais especializadas. O investigado é apontado como autor do homicídio do taxista Arlindo da Silva do Nascimento, ocorrido em março deste ano, em um supermercado localizado no município de Abreu e Lima, crime que teve grande repercussão.

Segundo o delegado Marcelo Cadore, responsável pela investigação do caso, o trabalho para localizar o suspeito exigiu meses de diligências e levantamentos de inteligência.

"Logo após o crime, iniciamos as incursões para identificar e qualificar o executor. Quando conseguimos chegar à sua identificação, verificamos que ele já possuía oito mandados de prisão em aberto, o que confirmou a elevada periculosidade do alvo. A partir daí, passamos a monitorar seus deslocamentos até identificarmos que ele estava escondido em uma comunidade de Olinda", explicou.

Ainda de acordo com o delegado, a prisão ocorreu durante uma operação conjunta envolvendo equipes da Diretoria Integrada Metropolitana Norte (DHMN), policiais da Delegacia de Homicídios de Olinda, Núcleo de Inteligência, Unidade de Operações do CORE.

Durante a abordagem, o suspeito tentou fugir e arremessou uma pistola pela janela do imóvel onde estava escondido. "O armamento apreendido é do mesmo calibre utilizado no homicídio do taxista. A arma será submetida à perícia, mas há fortes indícios de que tenha sido utilizada na execução da vítima", afirmou Marcelo Cadore.

Apesar das evidências reunidas pela investigação, o preso negou participação no homicídio. As investigações seguem para identificar possíveis mandantes do crime.

"Tudo indica que a motivação pode estar relacionada a uma execução encomendada. Essa será a próxima etapa do nosso trabalho investigativo", acrescentou o delegado.

Além do homicídio ocorrido em Abreu e Lima, o investigado também é apontado como autor de outros crimes violentos. O delegado Thiago Fernandes, titular da 9ª Delegacia de Polícia de Homicídios, informou que o suspeito é investigado por uma tentativa de homicídio e um assassinato ocorridos em Águas Compridas, em Olinda.

DIVULGAÇÃO



"O modo de agir era sempre semelhante. Trata-se de um indivíduo extremamente perigoso, que chegava ao local e executava as vítimas de forma fria e calculada. Em um dos casos, matou uma pessoa e tentou assassinar outra, que conseguiu sobreviver", destacou.

Para o delegado, o histórico criminal demonstra que o investigado transformou a atividade criminosa em seu modo de vida.

"Mesmo com apenas 21 anos, ele já acumulava dezenas de investigações, mandados de prisão e diversos antecedentes. É um indivíduo que fazia do crime sua profissão e que representa um risco concreto à sociedade", afirmou.

O delegado Rafael Duarte, responsável por investigações de roubos patrimoniais na Zona Norte do Recife, destacou que o preso também atuava em um grupo criminoso especializado em roubos de veículos e motocicletas.

"Há mais de um ano nossas equipes investigavam esse grupo. Normalmente eles agiam em duas motocicletas, com quatro integrantes, realizando roubos de motos e carros na Zona Norte do Recife e nas divisas entre Recife, Olinda e Paulista. Quando percebiam a pressão policial em uma determinada área, migravam para municípios vizinhos para dificultar a ação das forças de segurança", explicou.

Segundo Rafael Duarte, a prisão pode contribuir para a elucidação de outros crimes ainda em investigação.

"Além dos 29 procedimentos já concluídos e encaminhados à Justiça, existem investigações recentes envolvendo esse indivíduo, inclusive de crimes praticados nos últimos meses. Acreditamos que novas vítimas e novos casos poderão surgir a partir da divulgação desta prisão", concluiu.

A Polícia Civil de Pernambuco segue com as investigações para identificar outros envolvidos nas ações criminosas atribuídas ao suspeito e esclarecer integralmente os crimes praticados pelo investigado.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Governo do Estado, Tribunal de Justiça e OAB-PE assinam Convênio de Cooperação Institucional para implementação da advocacia dativa em Pernambuco

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça (TJPE) e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco (OAB-PE) assinaram, nesta quinta-feira (4), Convênio de Cooperação Institucional formalizando parceria para a implementação da advocacia dativa em Pernambuco. A solenidade de assinatura, realizada no Palácio do Campo das Princesas e comandada pela governadora Raquel Lyra, assegura a atuação de advogados particulares nomeados para prestar assistência jurídica gratuita a cidadãos que não possuem condições financeiras para contratação de um profissional.

"Agradeço a parceria com o Poder Judiciário e a OAB-PE. Essa assinatura é uma construção coletiva que assegura um novo momento de acesso à Justiça em Pernambuco e garante um legado para nosso futuro. Temos orçamento específico para que a advocacia dativa possa atingir, de imediato, a população que mais precisa em nosso Estado. Nosso governo trabalha, desde o primeiro momento, para o fortalecimento das instituições pernambucanas", destacou a governadora Raquel Lyra.

A assinatura realizada hoje garante a implementação da Lei Estadual nº 17.518 de 6 de dezembro de 2021, que foi alterada pela Lei nº 19.160 de 30 de dezembro de 2025. A nova legislação instituiu o Fundo Estadual da Advocacia Dativa (FEAD) e estabeleceu regras para o credenciamento e o pagamento administrativo dos advogados designados para atuar perante a Justiça Estadual. A remuneração dos profissionais dativos será realizada exclusivamente pelo Estado de Pernambuco, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), com recursos do FEAD, observados os critérios definidos na regulamentação vigente.

Presente na solenidade, o presidente do TJPE, Francisco Bandeira de Mello, falou dos ganhos da assinatura para a população. "A advocacia dativa garante capilaridade de atuação dos advogados em todos os municípios pernambucanos. Assim, asseguramos uma melhor prestação de serviços aos cidadãos, além de oferecermos um serviço melhor ao povo, pois a iniciativa acelera os processos", afirmou o presidente.

A nomeação de advogados ocorre quando não há unidade da Defensoria Pública instalada na comarca ou quando o atendimento não pode ser assegurado pelo órgão. Também presente na solenidade, a presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella, destacou que "esse é um dia inesquecível para a advocacia pernambucana. Agradeço ao Governo do Estado e ao Tribunal de Justiça por esse momento".

Fotos: Miva Filho/Secom



Acompanhando a assinatura, o deputado federal Túlio Gadêlha enfatizou que "essa iniciativa cuida das pessoas na ponta, com acesso à Justiça. Além disso, ainda garante a valorização dos advogados", disse o parlamentar.

Também estiveram presentes os secretários estaduais Túlio Vilaça (Casa Civil), Yanne Teles (Criança e Juventude) e Bianca Teixeira (Procuradoria-Geral do Estado); além do corregedor-geral do TJPE, desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.

Vazamento expõe dados de 1,2 milhão de usuários do iFood e reacende alerta sobre segurança digital

O iFood confirmou um incidente de segurança que resultou na exposição de dados de aproximadamente 1,2 milhão de usuários da plataforma. O caso reacendeu o debate sobre a proteção de informações pessoais em aplicativos que concentram milhões de cadastros e realizam operações financeiras diariamente.

Segundo a empresa, o vazamento envolveu dados cadastrais de clientes e foi identificado por seus sistemas de monitoramento. Após detectar a ocorrência, o aplicativo informou ter iniciado medidas para conter o problema e reforçar os mecanismos de segurança.

Embora a empresa afirme que não houve comprometimento de informações financeiras sensíveis, como senhas bancárias ou dados completos de

DIVULGAÇÃO



cartões de crédito, especialistas alertam que mesmo informações cadastrais podem ser utilizadas por criminosos em golpes virtuais, fraudes e tentativas de engenharia social.

O episódio ocorre em um momento de crescente preocupação com a segurança digital no Brasil. Nos últimos anos, grandes empresas, instituições públicas e plataformas de serviços passaram a enfrentar tentativas cada vez mais sofisticadas de invasão e captura de dados.

Para especialistas em proteção digital, o principal risco após incidentes desse tipo é a utilização das informações vazadas para contatos fraudulentos por telefone, mensagens ou e-mails falsos. Criminosos costumam se passar por empresas legítimas para obter senhas, códigos de autenticação ou dados bancários das vítimas.

Diante da confirmação do vazamento, usuários devem redobrar a atenção com mensagens suspeitas, pedidos de atualização cadastral e links recebidos por canais não oficiais. Também é recomendável manter senhas atualizadas e ativar mecanismos adicionais de segurança sempre que disponíveis.

O caso também coloca em evidência a importância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece regras para coleta, armazenamento e tratamento de informações pessoais por empresas e organizações que atuam no país.

Especialistas destacam que o aumento do número de serviços digitais faz com que a proteção de dados se torne uma das principais preocupações para consumidores e empresas. Com milhões de usuários cadastrados, plataformas de entrega, bancos digitais e aplicativos de serviços passaram a ser alvos frequentes de ataques cibernéticos.

O incidente deverá ser acompanhado por órgãos de fiscalização e proteção de dados, que podem avaliar as medidas adotadas pela empresa e eventuais impactos para os usuários afetados. Enquanto isso, a recomendação é que clientes permaneçam atentos a qualquer atividade suspeita relacionada às suas contas e informações pessoais.

Vereador é preso suspeito de mandar matar antecessor para assumir mandato no Agreste

Um caso que mistura política, crime e disputa por poder está causando forte repercussão em Pernambuco. Um vereador do Agreste foi preso sob suspeita de envolvimento no assassinato de seu antecessor, em um crime que, segundo as investigações, teria como principal motivação a ocupação da vaga no Legislativo municipal.

A prisão foi realizada durante uma operação das forças de segurança que apuram as circunstâncias da morte do ex-parlamentar. De acordo com a investigação, existem indícios de que o homicídio teria sido planejado para abrir caminho à ascensão política do suspeito.

O caso chamou a atenção pela gravidade das acusações e pelo possível uso da violência como instrumento para obtenção de vantagens políticas. As autoridades afirmam que a investigação reuniu elementos considerados relevantes para justificar a prisão e aprofundar a apuração dos fatos. Segundo os investigadores, a linha principal de apuração aponta para um crime premeditado, motivado por interesses políticos e eleitorais. A polícia trabalha para esclarecer a participação de outros possíveis envolvidos, incluindo eventuais executores e intermediários.

A morte do ex-vereador havia causado comoção na cidade quando ocorreu, mas a nova fase da investigação trouxe elementos que mudaram completamente a compreensão do caso. O que inicialmente era tratado como um homicídio comum passou a ser investigado como uma possível execução ligada à disputa de poder.

Especialistas avaliam que, se confirmadas as suspeitas, o episódio representará um dos casos mais graves de violência política registrados recentemente no interior pernambucano. A utilização de meios criminosos para obtenção de cargos públicos atinge diretamente princípios democráticos e a confiança da população nas instituições.

O Ministério Público e a Polícia Civil seguem acompanhando o caso e não descartam novas diligências, prisões ou cumprimento de medidas judiciais à medida que as investigações avancem.



A defesa do vereador poderá apresentar sua versão dos fatos durante o andamento do processo. Enquanto isso, a prisão reforça a necessidade de esclarecimento completo das circunstâncias do crime e da eventual responsabilização dos envolvidos, caso as acusações sejam comprovadas pela Justiça.

Após novos ataques, Pernambuco intensifica plano com 50 ações para tentar reduzir risco de incidentes com tubarões

A sequência de ataques registrados no litoral pernambucano voltou a colocar em evidência um dos maiores desafios de segurança ambiental e pública do Estado. Diante da repercussão dos casos ocorridos recentemente em Piedade e Boa Viagem, o Governo de Pernambuco informou que está executando um plano estratégico composto por 50 ações voltadas à prevenção de incidentes com tubarões.

O Plano de Educação Ambiental para Segurança Aquática e Prevenção de Incidentes com Tubarões (PEAST-PE) foi elaborado para reduzir riscos nas praias pernambucanas e, segundo o Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit), cerca de 80% das medidas previstas já foram executadas ou estão em fase avançada de implementação.

A iniciativa reúne ações de educação ambiental, monitoramento, capacitação profissional, comunicação pública e segurança aquática. Entre as medidas estão campanhas educativas em escolas, treinamento de guarda-vidas, bombeiros, profissionais da saúde, trabalhadores do setor turístico e servidores públicos que atuam

DIVULGAÇÃO



diretamente nas áreas litorâneas. O plano também prevê a ampliação da sinalização de risco nas praias, produção de cartilhas digitais, vídeos educativos, podcasts, conteúdos para redes sociais e materiais informativos voltados a moradores e turistas. A proposta é aumentar a conscientização da população sobre os períodos, locais e condições de maior risco para incidentes.

Outra frente considerada estratégica é a criação de um aplicativo de segurança aquática. A ferramenta deverá indicar áreas de risco, pontos com histórico de ataques, locais com correntes de retorno e trechos considerados mais seguros para banho. A expectativa é que a plataforma esteja disponível antes da conclusão do cronograma inicialmente previsto.

Em Fernando de Noronha, o plano prevê ações específicas para capacitação de mergulhadores, operadores de turismo, condutores de embarcações, pescadores e profissionais da rede hoteleira, levando em consideração as características particulares do arquipélago.

A execução das medidas ocorre em um momento de preocupação crescente. Pernambuco registrou novos ataques em 2026, incluindo ocorrências graves que deixaram vítimas internadas no Hospital da Restauração. Os episódios reacenderam o debate sobre a necessidade de ampliar investimentos em monitoramento, pesquisa científica e prevenção.

Dados históricos mostram que Pernambuco concentra o maior número de incidentes com tubarões do Brasil. Desde 1992, já foram contabilizados 84 registros, dos quais 27 resultaram em mortes. Boa Viagem e Piedade seguem como as praias com maior quantidade de ocorrências ao longo das últimas décadas.

Paralelamente ao plano educativo, o Estado também anunciou a retomada do monitoramento científico dos tubarões após mais de uma década. O projeto utilizará tecnologia de telemetria para acompanhar o deslocamento dos animais e compreender melhor os padrões de comportamento das espécies que frequentam o litoral pernambucano. O investimento supera R$ 1 milhão e deverá permitir o acompanhamento de dezenas de tubarões ao longo dos próximos anos.

Especialistas defendem que a combinação entre pesquisa científica, sinalização adequada, monitoramento constante e educação ambiental é atualmente a principal estratégia para reduzir o número de incidentes. Apesar disso, alertam que o sucesso das medidas depende também da colaboração dos banhistas, que devem respeitar as orientações de segurança e evitar entrar no mar em condições consideradas de maior risco.

TSE divide R$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral; PL, PT e União Brasil concentram maiores parcelas

ED MACHADO/GOVERNO DE PERNAMBUCO



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as eleições de 2026. Ao todo, R$ 4,9 bilhões de dinheiro público serão destinados aos partidos políticos para financiar campanhas de candidatos à Presidência da República, governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

A maior fatia ficará com o PL, que receberá R$ 881,6 milhões. Em segundo lugar aparece o PT, com R$ 615,3 milhões. O União Brasil terá direito a R$ 526,2 milhões.

Na sequência aparecem PSD, com R$ 421 milhões; PP, com R$ 417 milhões; MDB, com R$ 400 milhões; Republicanos, com R$ 348,5 milhões; Podemos, com R$ 245,9 milhões; PDT, com R$ 169,2 milhões; PSB, com R$ 152,2 milhões; PSDB, com R$ 147,8 milhões; e PSOL, com R$ 131,5 milhões.

Entre os partidos de porte intermediário, Solidariedade receberá R$ 88,5 milhões; Avante, R$ 72,5 milhões; PRD, R$ 71,8 milhões; Cidadania, R$ 60,7 milhões; PCdoB, R$ 60,5 milhões; PV, R$ 45,1 milhões; Novo, R$ 37 milhões; e Rede Sustentabilidade, R$ 35,8 milhões.

Já os partidos com menor representação nacional receberão cerca de R$ 3,3 milhões cada. Nesse grupo estão Agir, Democracia Cristã (DC), Democrata, Missão, Mobiliza, PCB, PCO, PRTB, PSTU e Unidade Popular (UP).

A divisão dos recursos segue critérios estabelecidos pela legislação eleitoral. Uma parte é distribuída igualmente entre todos os partidos registrados, enquanto o restante leva em consideração o desempenho eleitoral das legendas para a Câmara dos Deputados e o tamanho das bancadas na Câmara e no Senado.

Criado após a proibição das doações empresariais para campanhas eleitorais, o Fundo Eleitoral tornou-se a principal fonte de financiamento das disputas políticas no Brasil. Os recursos podem ser utilizados em despesas como propaganda eleitoral, produção de material gráfico, impulsionamento de conteúdo nas redes sociais, contratação de equipes, aluguel de estruturas, transporte e demais custos relacionados às campanhas.

A divulgação dos valores reacende o debate sobre o financiamento público das eleições. Defensores do modelo argumentam que ele reduz a influência do poder econômico privado sobre o processo eleitoral e amplia a transparência das campanhas. Já os críticos questionam o elevado volume de recursos públicos destinado aos partidos em um momento em que áreas como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura ainda enfrentam carência de investimentos.

Com a distribuição oficializada, os partidos começam a planejar a estratégia financeira para a disputa de 2026, considerada uma das mais importantes dos últimos anos por envolver a eleição para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais em todo o país.

Busca pela primeira CNH dispara em Pernambuco e ultrapassa 80 mil processos em quatro meses

DIVULGAÇÃO



A procura pela primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH) registrou forte crescimento em Pernambuco nos primeiros quatro meses de 2026. Dados do Detran-PE apontam que mais de 80 mil processos de primeira habilitação foram abertos entre janeiro e abril, um dos maiores volumes dos últimos anos.

O aumento da demanda ocorre em um momento de intensos debates sobre possíveis mudanças nas regras para obtenção da CNH, incluindo propostas de redução de custos para candidatos e alterações em etapas do processo de formação de condutores.

Para muitos pernambucanos, a habilitação continua sendo uma ferramenta essencial para ingresso no mercado de trabalho. Em setores como transporte, logística, vendas, comércio e prestação de serviços, possuir CNH é frequentemente um requisito básico para contratação.

O crescimento da procura também reflete a retomada de atividades econômicas e a necessidade de qualificação profissional, especialmente entre jovens e trabalhadores que buscam ampliar oportunidades de renda.

EXAME TOXICOLÓGICO ENTRA NO DEBATE

Um dos temas que mais têm gerado discussão é a ampliação da exigência do exame toxicológico para condutores. Atualmente, o teste é obrigatório para motoristas das categorias C, D e E, utilizadas principalmente por caminhoneiros, motoristas de ônibus e profissionais do transporte de cargas e passageiros.

No Congresso Nacional, entretanto, surgiram propostas para ampliar a exigência do exame também para candidatos à primeira habilitação em determinadas situações. Defensores da medida argumentam que ela poderia contribuir para aumentar a segurança viária e reduzir acidentes relacionados ao uso de drogas.

Por outro lado, especialistas e entidades ligadas ao trânsito alertam que novas exigências podem elevar ainda mais o custo do processo de habilitação, dificultando o acesso de pessoas de baixa renda à CNH.

O exame toxicológico possui capacidade de detectar o uso de substâncias psicoativas em um período prolongado, geralmente de até 90 dias, sendo considerado uma ferramenta complementar de fiscalização e prevenção.

MERCADO DE TRABALHO IMPULSIONA PROCURA

Além das discussões sobre mudanças na legislação, a crescente exigência de habilitação por parte das empresas ajuda a explicar o aumento da procura em Pernambuco.

Motoristas de aplicativo, entregadores, representantes comerciais, técnicos de manutenção e profissionais de diversos segmentos dependem da CNH para exercer suas atividades. Em muitos casos, a habilitação amplia significativamente as possibilidades de emprego e renda.

Especialistas observam que a CNH deixou de ser apenas um documento de mobilidade e passou a representar um importante instrumento de inclusão econômica.

DESAFIO PARA O SISTEMA DE TRÂNSITO

O crescimento da demanda também aumenta a pressão sobre os serviços oferecidos pelo Detran, incluindo exames médicos, avaliações psicológicas, provas teóricas e testes práticos.

Ao mesmo tempo, especialistas ressaltam que a ampliação do número de condutores deve ser acompanhada de investimentos em educação para o trânsito. Pernambuco ainda registra milhares de acidentes por ano, muitos deles associados a imprudência, excesso de velocidade, consumo de álcool e desrespeito às normas de circulação.

Com mais de 80 mil processos iniciados apenas nos primeiros quatro meses do ano, a expectativa é que 2026 registre um dos maiores volumes de candidatos à primeira habilitação da última década no Estado, refletindo tanto o aquecimento do mercado de trabalho quanto a busca crescente por autonomia e mobilidade.

Milho chega mais caro ao São João e pressiona preço das comidas típicas em Pernambuco

A abertura do período junino em Pernambuco traz uma preocupação para comerciantes, agricultores e consumidores: o aumento no preço do milho, principal ingrediente das comidas tradicionais consumidas durante as festividades. Neste ano, o produto chega aos mercados e centros de abastecimento com valores cerca de 20% superiores aos registrados no mesmo período do ano passado.

Apesar da alta, produtores destacam um aspecto positivo para a economia local. Grande parte do milho comercializado neste São João é cultivada em Pernambuco, fortalecendo a agricultura estadual e reduzindo a dependência de fornecedores de outras regiões do país.

O aumento dos preços é atribuído a fatores como custos de produção, transporte, logística e oscilações climáticas que impactaram parte das lavouras. Como consequência, comerciantes já relatam reflexos no valor de produtos tradicionais como pamonha, canjica, bolo de milho, mungunzá e outras iguarias típicas das festas juninas.

A expectativa é que a procura aumente significativamente nas próximas semanas, impulsionada pelos festejos em cidades do interior e da Região Metropolitana do Recife. O milho costuma liderar a demanda nesta época do ano, movimentando toda a cadeia produtiva ligada ao ciclo junino.

Mesmo com os preços mais elevados, produtores rurais acreditam que o consumo permanecerá forte. As festas de São João representam um dos períodos de maior movimentação econômica para agricultores familiares, comerciantes de alimentos, vendedores ambulantes e organizadores de eventos.

O setor agrícola também destaca a importância das chuvas registradas em diversas regiões do Estado nos últimos meses, que contribuíram para melhorar parte da produção local. Ainda assim, os desafios relacionados ao custo de insumos e à rentabilidade das lavouras continuam sendo apontados como obstáculos pelos produtores.

Economistas observam que o milho exerce influência direta sobre diversos segmentos da economia, não apenas nas festas juninas. O grão também é utilizado na alimentação animal e em cadeias produtivas que impactam o preço de carnes, ovos e outros alimentos.



Com a proximidade dos principais festejos juninos, a expectativa é de aumento no fluxo de consumidores nos mercados públicos, feiras livres e centros de abastecimento. A tradição das comidas típicas segue como uma das maiores marcas culturais do Nordeste, mesmo diante dos desafios impostos pela alta dos preços.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA E CURADOR DA FLIPORTO BRASIL E PORTUGAL

TCU ACATA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA FTL/GRUPO CSN E REDUZ MULTA EM R$ 1,3 BILHÃO

O Acórdão nº 1.363/2026 do Tribunal de Contas da União (TCU) manteve o núcleo do acordo firmado entre a União, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL), controlada pelo Grupo CSN.

Contudo, a decisão promoveu alterações que, na prática, reduziram significativamente o impacto financeiro e os riscos regulatórios da concessionária no processo de devolução dos trechos não operacionais da Transnordestina.

O relator do processo foi o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o mesmo que relatou a decisão que homologou o aditivo contratual que retirou Pernambuco do traçado principal da Transnordestina.

———

O QUE O TCU MANTEVE

O Tribunal preservou os principais pontos do acordo:

- A devolução de aproximadamente 3 mil quilômetros de trechos ferroviários sem operação;

- A indenização de R$ 1,78 bilhão à União;

- O desconto já concedido à empresa, que reduziu a cobrança potencial de cerca de R$ 3,1 bilhões para R$ 1,78 bilhão, representando abatimento próximo de R$ 1,32 bilhão;

- A obrigação de realização do encontro de contas para apuração de eventuais prejuízos ao erário;

- A renúncia da FTL ao questionamento dos critérios da Instrução Normativa DNIT nº 1/2025, utilizada como base para o cálculo da indenização.

———

ONDE A FTL/CSN TAMBÉM FOI BENEFICIADA

1. Proteção contra atrasos do Governo

A principal vitória da FTL ocorreu na questão do descomissionamento dos trechos devolvidos.

O acórdão anterior previa prazos rígidos para retirada de trilhos, adequações e encerramento das linhas, mesmo sem definição prévia da União sobre quais trechos seriam efetivamente desativados.

Agora, o TCU reconheceu que:

- A concessionária depende de decisões da ANTT e do Ministério dos Transportes;
- Em caso de atraso do Poder Público, os prazos da FTL ficam suspensos;
- Não poderão ser aplicadas multas decorrentes dessa demora estatal;
- Os cronogramas deverão ser renegociados.

Na prática, o Tribunal retirou da empresa o risco de ser penalizada por eventual omissão governamental.

————

2. Redução drástica do risco sancionatório

Outro benefício relevante foi a alteração do sistema de penalidades.

O acórdão anterior previa que qualquer descumprimento das obrigações poderia resultar na cobrança integral da indenização calculada com base na metodologia do DNIT.

O novo acórdão adotou o princípio da proporcionalidade:
- Falhas pequenas: penalidades proporcionais;
- Falhas médias: sanções graduadas;
- Apenas descumprimentos graves ou estruturais poderão justificar a cobrança integral.

Essa alteração reduz significativamente a exposição financeira futura da FTL.

Sob a ótica regulatória, o TCU substituiu uma lógica de "tolerância zero" por uma lógica baseada na gravidade da infração

———

3. Eliminação de conceitos técnicos questionáveis

O Tribunal também retirou da decisão os conceitos de:

- Capex Base
- Capex Incremental.

A concessionária alegava que tais conceitos eram imprecisos e poderiam gerar interpretações conflitantes.

———

Embora tenha sido mantida a vedação ao uso dos recursos para manutenção ordinária, a retirada desses termos reduz potenciais controvérsias futuras.

ANÁLISE CRÍTICA

4.1 Aspectos controversos

- A concessionária já havia recebido um desconto expressivo de aproximadamente 42% sobre a indenização originalmente calculada

- Após esse abatimento, o TCU ainda flexibilizou o regime de sanções
- A combinação de desconto elevado com redução do risco de penalidades pode ser interpretada como tratamento bastante favorável à concessionária;
- Há discussão sobre se o interesse público foi plenamente preservado diante da devolução de cerca de 70% da malha originalmente concedida.

4.2 Aspectos econômico-regulatórios

Do ponto de vista econômico-regulatório, pode-se afirmar que o TCU optou por privilegiar a viabilidade do acordo entre a concessionária e o Governo Federal, em detrimento de uma postura mais rigorosa de responsabilização pelo abandono da malha ferroviária.

Em síntese, a CSN/FTL manteve a obrigação de pagar R$ 1,78 bilhão e devolver os trechos ferroviários, mas obteve importante redução dos riscos futuros, além de já contar com abatimento bilionário na indenização.

A proteção contra atrasos do Governo e a substituição de sanções automáticas por um modelo proporcional tornam a execução do acordo significativamente mais favorável à concessionária em comparação com a redação original do Acórdão nº 1.121/2026.

———

Cadê a bancada de Pernambuco e os nossos senadores?

5.1 Como se vê, o grupo econômico que abandonou o trecho ferroviário de Pernambuco vem sendo beneficiado por acordos firmados com o Governo Federal, com a chancela do Tribunal de Contas da União.

5.2 - É necessária uma postura mais firme de fiscalização e cobrança por parte da bancada federal pernambucana, especialmente dos senadores, quanto aos privilégios concedidos ao Grupo CSN, à FTL e à TLSA.

5.3 - As decisões facilitam a devolução da malha não operacional, o que é relevante sob determinados aspectos. Entretanto, não exigem uma posição mais clara quanto ao destino da malha ferroviária prometida para Pernambuco, especialmente do trecho estratégico para o desenvolvimento regional.

O resultado é a manutenção de incertezas que prejudicam a integração ferroviária do Nordeste.

5.4 - Diante desse cenário, estarei encaminhando representação ao Ministério Público de Contas junto ao TCU, especialmente sobre a redução da indenização e os demais benefícios concedidos, uma vez que ainda cabe recurso de rescisão.

Também encaminharei carta à bancada federal de Pernambuco, cobrando atenção ao tema e ao trecho Salgueiro–Suape, tão prometido e aguardado pela população pernambucana, mas que continua sem definição concreta.

Operação fecha fábrica clandestina de cigarros e encontra trabalhadores em condições análogas à escravidão em Pernambuco

Uma grande operação das forças de segurança desarticulou uma fábrica clandestina de cigarros em Pernambuco e resultou na prisão de diversas pessoas envolvidas no esquema. Durante a ação, os agentes encontraram trabalhadores estrangeiros, principalmente paraguaios, submetidos a condições consideradas semelhantes à escravidão.



Segundo as investigações, a estrutura funcionava de forma ilegal e possuía capacidade para produzir grandes quantidades de cigarros destinados ao comércio clandestino. A suspeita é de que os produtos fossem distribuídos para diferentes regiões do país, alimentando um mercado ilegal que causa prejuízos milionários aos cofres públicos e favorece organizações criminosas.

Os trabalhadores resgatados viviam em condições precárias, com restrições de liberdade, jornadas exaustivas e ambiente inadequado para habitação e trabalho. As autoridades também apuram possíveis violações de direitos humanos e crimes relacionados ao tráfico de pessoas e exploração de mão de obra.

Durante a operação, foram apreendidos equipamentos industriais, matéria-prima utilizada na fabricação dos cigarros, embalagens, documentos e outros materiais que podem ajudar a esclarecer o funcionamento da organização.

As investigações apontam que o esquema possuía características de uma estrutura empresarial clandestina, com produção em larga escala e possível ligação com redes de contrabando. O comércio ilegal de cigarros é considerado uma das atividades que mais geram perdas tributárias ao país e frequentemente está associado a outros crimes, como lavagem de dinheiro e falsificação.

Além do impacto econômico, especialistas alertam para os riscos à saúde pública. Como não passam por controle sanitário oficial, cigarros produzidos clandestinamente podem conter substâncias desconhecidas e apresentar condições inadequadas de fabricação, aumentando os riscos aos consumidores.

Os trabalhadores resgatados deverão receber assistência dos órgãos responsáveis, enquanto as investigações continuam para identificar todos os envolvidos no esquema. As autoridades não descartam novas prisões e o cumprimento de outros mandados nos próximos dias.

O caso chama atenção por reunir diferentes crimes em uma única operação: produção clandestina, suspeita de contrabando, exploração de mão de obra e possíveis violações de direitos humanos. As apurações seguem sob responsabilidade das autoridades federais e dos órgãos de fiscalização do trabalho.